

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000828-42.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **JOSÉ RIBAMAR DA SILVA**  
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**JOSÉ RIBAMAR DA SILVA** ajuizou ação de **INDENIZAÇÃO (AUXÍLIO ACIDENTE)** em face de **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, todos devidamente qualificados.

Alega o autor que no dia 23/08/2012, trabalhava na empresa CAIME CASALE exercendo a função de mecânico de caminhão e sofreu um acidente de trabalho típico fraturando o pé direito. Teve que se submeter a tratamento cirúrgico. Aduz que é segurado obrigatório da previdência social devido às suas contribuições que decorrem de contrato de trabalho regido pela CLT e em decorrência da lesão passou a receber do instituto réu o benefício auxílio-doença acidentário sob o NB 5531644414, com o reconhecimento de incapacidade por perícia médica. Informa que permaneceu afastado do trabalho e recebendo o citado auxílio até o dia 16/08/2013, data em que inadvertidamente recebeu alta médica após avaliação por médico perito do INSS. Assegura que o acidente lhe causou sequelas pós-traumáticas de fratura que reduz permanentemente sua capacidade laborativa. Requereu agendamento de perícia médica, antecipação da tutela para implantação do benefício auxílio-acidente e a procedência da ação condenando o instituto requerido a pagar/implantar benefício em caráter definitivo. A inicial veio instruída por documentos às fls.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

11/37.

À fls. 38 foi feita nomeação de perito e facultado às partes a indicação de assistentes técnicos e oferecimento de quesitos. O autor apresentou quesitos às fls. 41/42.

Ofícios carreados às fls. 50/59 e 69/179 conforme decisão de fls. 38 requerendo informações como salários pagos ao autor, laudos ambientais, insalubridade, perícias eventualmente realizadas, perfil profissiográfico e análise ergonômica do obreiro que trabalhava como mecânico de caminhão.

Devidamente citado o instituto requerido apresentou contestação alegando que estão ausentes os quatro elementos essenciais à caracterização do acidente do trabalho e do direito ao benefício de auxílio-acidente. Requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 184/186.

Manifestação do MP à fls. 197, informando não haver interesse público na presente demanda.

Laudo pericial carreado às fls. 228/231. As partes se manifestaram às fls. 238/239 e 247/248.

O Instituto a fls. 238/239 manifestou-se sobre o laudo e na mesma oportunidade, alinhou suas alegações finais, requerendo a total improcedência da ação.

O autor a fls. 247/248 alegando ciência do laudo,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pediu a total procedência do pleito.

**É o relatório.**

**DECIDO, antecipadamente a LIDE por entender que a cognição está completa, nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.**

Temos como fato incontroverso que o autor se acidentou durante o exercício do trabalho, no dia 23/08/2012. Laborava como mecânico de caminhão nas dependências da empresa CAIME CASALE e experimentou fratura no pé direito.

Após realizar os exames de estilo, inclusive o físico, em bem elaborado laudo o vistor oficial apurou que o autor *“acusa presença de sequela pós-cirúrgica de caráter permanente... há elementos fáticos suficientes juntados nos autos para caracterizar que as lesões (sequelas) encontradas no exame médico pericial estão vinculadas com o acidente narrado na inicial...”* (textual fls. 231), derivando em uma invalidez parcial e permanente.

O réu não trouxe laudo de contestação.

\*\*\*

O tipo de sequela (incontroversa, saliento mais uma vez) deixa evidenciado déficit laborativo por causa ocupacional; é intuitivo o prejuízo consequente à lesão do tornozelo direito, implicando em significativa quebra daquele todo harmônico que é o corpo humano; todos os segmentos do corpo têm alguma utilidade e sua falta, em maior ou menor grau causa



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prejuízos; assim é forçoso reconhecer a presença de incapacidade e nexo, binômio indispensável para afirmação de amparo infortunistico.

Ademais, os autos revelam que quando o autor se acidentou exercia a função de mecânico de caminhão, trabalho que demanda, basicamente, esforço físico e alguma técnica.

Assim, soa evidente que os danos físicos trouxeram déficit com reflexos no labor.

Impõe-se, como fecho, o acolhimento da súplica.

\*\*\*

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder ao autor, JOSÉ RIBAMAR DA SILVA, o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável ao obreiro.

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 – 10ª Câ., Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e Resp 62.389-8/SP do STJ.

Já o “dies a quo” é o dia seguinte a data da “alta médica” que reputa mal concedida, ou seja, 16/08/2013 (fls. 55).

Nesse sentido REsp. 409.937/SC da relatoria do Min. Felix Fischer: “tratando-se de restabelecimento de benefício acidentário



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

indevidamente cancelado na via administrativa, deve o mesmo ser restaurado a partir da data do cancelamento”.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários de 15% sobre doze (12) parcelas, mais juros de mora à taxa legal a contar da citação, bem como honorários do vistor oficial (já desembolsados).

Oficie-se para implantação do benefício, ficando nesse aspecto antecipada a tutela.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 496 do CPC e Súmula 423 do STF.

P.R.I.

São Carlos, 26 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**